



**Universidade do Minho**

## **CADERNO DE ENCARGOS**

### **PROCEDIMENTO DE CONCURSO PÚBLICO INTERNACIONAL REF<sup>a</sup> CPI USFP-03/2025 PARA LOCAÇÃO DE DIVERSAS VIATURAS POR RECURSO AO ALUGUER OPERACIONAL DE VEÍCULOS (AOV) PELO PERÍODO DE 36 MESES PARA AFETAR À FROTA DA UNIVERSIDADE DO MINHO**

#### **PARTE I**

#### **Cláusulas Jurídicas**

##### **Cláusula 1<sup>a</sup>**

##### **Objeto**

1 – O presente caderno de encargos compreende as cláusulas a incluir no contrato a celebrar na sequência do procedimento pré-contratual referido em assunto, que tem por objeto principal a locação de diversas viaturas por recurso ao aluguer operacional de veículos (AOV) pelo período de 36 meses para afetar à frota da Universidade do Minho, em conformidade com as especificações técnicas descritas na parte II.

2 – A adjudicação será efetuada por lotes, nos termos do artigo 46.º-A do Código dos Contratos Públicos, para o efeito o presente procedimento está organizado de acordo com os seguintes lotes:

- Lote I: 6 viaturas ligeiras de passageiros elétricas;
- Lote II: 2 viaturas ligeira de passageiros híbridas não Plug-In.

##### **Cláusula 2<sup>a</sup>**

##### **Contrato**

1 – O contrato a celebrar será reduzido a escrito, nos termos do artigo 94.º do Código dos Contratos Públicos (CCP), aprovado pelo Decreto-Lei n.º 18/2008, de 29 de janeiro, com as atualizações em vigor, sem prejuízo do disposto no artigo 95.º do referido diploma.

2 – Fazem parte integrante do contrato, independentemente da sua redução a escrito, os seguintes documentos:

- a) Os suprimimentos dos erros e das omissões do caderno de encargos identificados pelos concorrentes, desde que esses erros e omissões tenham sido expressamente aceites pelo órgão competente para a decisão de contratar;
- b) Os esclarecimentos e as retificações relativos ao caderno de encargos;
- c) O presente caderno de encargos;
- d) A proposta adjudicada;
- e) Os esclarecimentos sobre a proposta adjudicada prestados pelo adjudicatário.

3 – Em caso de divergência entre os documentos referidos no n.º 2, a prevalência é determinada pela ordem pela qual aí são indicados.

4 – Em caso de divergência entre os documentos referidos no n.º 2 e o clausulado do contrato, prevalecem os primeiros, salvo quanto aos ajustamentos ao conteúdo do contrato propostos, de acordo com o disposto no artigo 99.º do Código dos Contratos Públicos e aceites pelo adjudicatário, nos termos do disposto no artigo 101.º deste mesmo diploma legal.

5 – Quando a redução do contrato a escrito não seja exigida ou venha a ser dispensada, nos termos previstos no artigo 95.º do CCP, entende-se que o contrato resultará da conjugação do caderno de encargos com a proposta adjudicada, não se podendo, porém, dar início a qualquer aspeto da sua execução antes de decorrido o prazo de 10 dias a contar da notificação da decisão de adjudicação, sem prejuízo do disposto no n.º 4 do artigo 95.º do CCP, e,

em qualquer caso, nunca antes da apresentação de todos os documentos de habilitação exigidos, da comprovação da prestação da caução, quando esta for devida, e da confirmação dos compromissos referidos na alínea c) do n.º 2 do artigo 77.º do CCP.

### **Cláusula 3ª**

#### **Prazo**

- 1 – O contrato tem a duração de **36 (trinta e seis) meses**, a contar da data da entrega das viaturas, sem prejuízo das obrigações acessórias que devam perdurar para além da cessação do contrato.
- 2 – O término da locação em vigor para o Lote II ocorre a 07/05/2026, pelo que os bens objeto do contrato para o Lote II, devem ser entregues numa data a acordar entre os dias 4 e 7 de maio de 2026.
- 3 – Os bens objeto do contrato para o Lote I, devem ser entregues no prazo máximo de **150 (cento e cinquenta) dias**, contados da data de outorga do contrato.

### **Cláusula 4ª**

#### **Local e condições de entrega dos bens**

- 1 – Os bens objeto do contrato devem ser entregues na Reitoria da Universidade do Minho, durante o normal horário de funcionamento da entidade adjudicante.
- 2 – O adjudicatário obriga-se a entregar os bens objeto do contrato em conformidade com os termos e especificações estabelecidos no presente caderno de encargos, tendo em conta a respetiva natureza e o fim a que se destinam.
- 3 – Todos os bens objeto do contrato e respetivas peças e componentes devem ser novos e aptos a servir os fins a que se destinam.
- 4 – O fornecedor obriga-se a disponibilizar, simultaneamente com a entrega dos bens objeto do contrato, as respetivas fichas técnicas e todos os documentos que sejam necessários para a boa e integral utilização ou funcionamento daqueles, em língua portuguesa, exceto se outra for expressamente aceite pela Universidade do Minho.
- 5 – É aplicável, com as necessárias adaptações, o disposto na lei que disciplina os aspetos relativos à venda de bens de consumo e das garantias a ela relativas, no que respeita à conformidade dos bens.
- 6 – O transporte para o local da entrega é da inteira responsabilidade do adjudicatário, ficando este obrigado a recorrer a todos os meios necessários para garantir a segurança e integridade dos bens a transportar, bem como a suportar todos os custos que daí advierem.

### **Cláusula 5.ª**

#### **Receção dos elementos a produzir ao abrigo do contrato**

- 1 – No prazo de 10 dias a contar da entrega das viaturas, a Universidade do Minho procede à respetiva verificação, com o intuito de verificar se as mesmas se encontram em condições de serem usadas e se cumprem os requisitos técnicos e características definidos nas especificações técnicas, anexas ao presente Caderno de Encargos e na proposta adjudicada, bem como outros requisitos exigidos na lei.
- 2 – Na verificação a que se refere o número 1, o adjudicatário deve prestar toda a cooperação e todos esclarecimentos necessários.
- 3 – No caso da verificação referida no número 1 a Universidade do Minho comprovar que não foram cumpridas as características e requisitos técnicos definidos nas especificações técnicas anexas ao presente Caderno de Encargos, assim como as exigências legais, esta deve informar, por escrito, o adjudicatário.
- 4 – No caso previsto no número 3 o adjudicatário deve proceder, à sua custa e no prazo razoável determinado pelo adjudicante, às alterações e complementos necessários que garantam o cumprimento das características e requisitos técnicos, definidos nas especificações do Caderno de Encargos e das exigências legais.
- 5 – No caso previsto no número 4, a Universidade do Minho procede a nova verificação nos termos do número 1.

## **Cláusula 6ª**

### **Obrigações principais do adjudicatário**

1 – Sem prejuízo de outras obrigações previstas na legislação aplicável e de outras especialmente previstas no presente caderno de encargos, da celebração do contrato decorrem para o adjudicatário as seguintes obrigações principais:

- a) Locar as viaturas à Universidade do Minho, nos termos, condições e características dele constantes, bem como das especificações técnicas descritas na parte II do presente caderno de encargos;
- b) Autorizar a circulação das viaturas objeto do contrato fora do território nacional, podendo transitar exclusivamente nos países que integram a União Europeia e/ou que sejam aderentes à Convenção “Carta Verde”;
- c) Comunicar à Universidade do Minho a nomeação do Gestor de Cliente responsável pelo contrato celebrado e quaisquer alterações relativas à sua nomeação;
- d) Assegurar que para todas as matérias colocadas pela Universidade do Minho ao respetivo Gestor de Cliente, o tempo de resposta não exceda 10 (dez) dias úteis, nas situações normais e 3 (três) dias úteis nas situações urgentes;
- e) Responsabilizar-se pelos danos causados diretamente à Universidade do Minho, ou a terceiros, decorrentes de sua culpa ou dolo na execução do contrato;
- f) Obrigação de dar assistência técnica e efetuar a manutenção preventiva e corretiva às viaturas em causa nos termos das especificações técnicas e pelo período contratualizado;
- g) Garantir que eventuais substituições do veículo que o adjudicatário venha a propor sejam expressamente aceites pela Universidade do Minho, e devem ser efetuadas através de veículos idênticos ou de segmento superior e nunca inferior;
- h) Cumprir com todas as normas legais e regulamentares aplicáveis à atividade e ao fornecimento das viaturas objeto do contrato;
- i) Prestar de forma correta e fidedigna as informações referentes às condições em que se realiza a locação do objeto do contrato, bem como prestar todos os esclarecimentos que se justifiquem;
- j) Comunicar, antecipadamente, à Universidade do Minho, de forma fundamentada, logo que deles tenha conhecimento, os factos que tornem total ou parcialmente impossível o fornecimento dos bens ou o cumprimento de qualquer outra obrigação, obrigando-se, se tal for aceite e oportuno, a restabelecer a prestação ou reparar o incumprimento em prazo razoável;
- k) Não alterar as condições de aluguer das viaturas e/ou da prestação de serviços fora dos casos previstos neste caderno de encargos;
- l) Suportar os encargos derivados de todos os impostos e taxas, existentes ou que venham a ser criados, que se refiram à utilização das viaturas objeto do contrato e aos pagamentos a efetuar em execução do mesmo;
- m) Garantir a manutenção de contrato de seguro para todas as viaturas objeto do presente procedimento, garantindo a sua validade, eficácia e vigência, nos termos constante das especificações técnicas, melhor concretizadas na Parte II, e pelo prazo convencionado, neste caderno de encargos
- n) Possuir todas as autorizações, consentimentos, aprovações, registos e licenças, bem como respeitar, no que lhe seja aplicável, as normas europeias e portuguesas, as especificações e homologações de organismos oficiais e fabricantes ou entidades detentoras de patentes, necessários ao pontual cumprimento das obrigações assumidas no contrato;
- o) Manter durante a execução do contrato, todas as condições de habilitação e qualificação exigidas no procedimento de aquisição, bem como a situação tributária e perante a segurança social regularizadas;
- p) Comunicar qualquer facto que ocorra durante a execução do contrato e que altere, designadamente, a sua denominação social, os seus representantes legais com relevância para a prestação, a sua situação jurídica ou situação comercial, bem como as alterações aos contratos e moradas indicadas no contrato para a sua gestão.

2 – O adjudicatário fica ainda obrigado, designadamente, a recorrer a todos os meios humanos, materiais e informáticos que sejam necessários e adequados à execução do contrato, bem como ao estabelecimento do sistema de organização necessário à perfeita e completa execução das prestações contratuais a que está obrigado.

## **Cláusula 7ª**

### **Encargos com direitos de propriedade intelectual ou industrial**

São da responsabilidade do adjudicatário quaisquer encargos decorrentes da utilização, no âmbito do contrato celebrado, de direitos de propriedade intelectual ou industrial, nos termos do artigo 447.º do CCP.

## **Cláusula 8ª**

### **Objeto e prazo do dever de sigilo**

1 – O adjudicatário deve guardar sigilo e garantir a confidencialidade, não divulgando as condições estabelecidas no presente contrato ou informações e documentação técnica e não técnica, comercial ou outra, relativa à Universidade do Minho, que no âmbito da formação e da execução do contrato, possa ter conhecimento, incluindo os seus agentes, funcionários, colaboradores ou terceiros neles envolvidos, salvo com o consentimento expresso do Universidade do Minho.

2 – A informação e a documentação cobertas pelo dever de sigilo não podem ser transmitidas a terceiros, nem objeto de qualquer uso ou modo de aproveitamento que não o destino direta e exclusivamente à execução do contrato.

3 – Exclui-se do dever de sigilo previsto, a informação e a documentação que fossem comprovadamente do domínio público à data da respetiva obtenção pelo adjudicatário ou que este seja legalmente obrigado a revelar, por força da lei, de processo judicial ou a pedido de autoridades reguladoras ou outras entidades administrativas competentes.

4 – O dever de sigilo mantém-se em vigor indefinidamente, até autorização expressa em contrário pela Universidade do Minho, a contar do cumprimento ou cessação, por qualquer causa, do contrato, sem prejuízo da sujeição subsequente a quaisquer deveres legais relativos, designadamente, à proteção de segredos comerciais ou da credibilidade, do prestígio ou da confiança devidos às pessoas coletivas.

## **Cláusula 9ª**

### **Regulamento de Proteção de Dados**

1 – O adjudicatário obriga-se a cumprir o disposto em todas as disposições legais aplicáveis em matéria de tratamento de dados pessoais, no sentido conferido pelo Regulamento (EU) 2016/679 do Parlamento Europeu e do Conselho, de 27 de abril de 2016, relativo à proteção das pessoas singulares no que diz respeito ao tratamento de dados pessoais e à livre circulação desses dados ("Regulamento Geral sobre a Proteção de Dados") e demais legislação comunitária e nacional aplicável, em relação a todos os dados pessoais a que aceda no âmbito dos serviços a prestar ao abrigo do contrato a celebrar.

2 – O adjudicatário compromete-se, designadamente, a não copiar, reproduzir, adaptar, modificar, alterar, apagar, destruir, difundir, transmitir, divulgar ou, por qualquer outra pessoa, colocar à disposição de terceiros os dados pessoais a que tiver acesso ou lhe forem transmitidos pela Universidade do Minho ao abrigo do contrato a celebrar, sem que para tal tenha sido expressamente instruído, por escrito, pela Universidade do Minho ou pelos titulares dos dados no exercício dos seus respetivos direitos.

3 - O adjudicatário obriga-se a pôr em prática as medidas técnicas e de organização necessárias à proteção dos dados pessoais tratados por conta da Universidade do Minho contra a respetiva destruição, acidental ou ilícita, a perda acidental, a alteração, a difusão ou o acesso não autorizado, bem como contra qualquer outra forma de tratamento ilícito dos mesmos dados pessoais.

4 – As medidas a que se refere o número anterior devem garantir um nível de segurança adequado em relação aos riscos que o tratamento de dados apresenta, à natureza dos dados a proteger e aos riscos, de probabilidade e gravidade variável para os direitos e liberdades das pessoas singulares.

5 – O adjudicatário compromete-se a que o acesso aos dados pessoais tratados ao abrigo do contrato a celebrar será estritamente limitado ao pessoal que necessitar de ter acesso aos mesmos para efeitos de cumprimento das obrigações assumidas.

6 – O adjudicatário obriga-se a comunicar à Universidade do Minho qualquer situação que possa afetar o tratamento dos dados pessoais ou de algum modo dar origem ao incumprimento das disposições legais em matéria de proteção de dados, devendo ainda tomar todas as medidas necessárias e ao seu alcance para a fazer cessar de imediato.

7 – O adjudicatário será responsável por qualquer prejuízo em que a Universidade do Minho vier a incorrer em consequência do tratamento, por si ou pelo seu pessoal, de dados pessoais ou em violação das normas legais aplicáveis, quando tal violação seja imputável ao adjudicatário e solidária com o pessoal no âmbito do serviço prestado, quando a violação seja imputável à atuação destes últimos.

#### **Cláusula 10ª**

##### **Preço base**

1 – O preço base do presente procedimento é estabelecido em **225.000,00€** (duzentos e vinte e cinco mil euros), sendo este o montante máximo que a entidade adjudicante se dispõe a pagar pela execução de todas as prestações objeto do contrato, incluindo eventuais renovações, nos termos do n.º 1 do artigo 47.º do CCP.

2 – O preço base estabelecido para cada lote, entendido como preço máximo que a entidade adjudicante se dispõe a pagar por todas as prestações que compõem o respetivo lote, corresponde aos seguintes valores:

<b>Lotes</b>	<b>Preço Base</b>
Lote I – 6 viaturas ligeiras de passageiros elétricas	<b>132 000,00 €</b>
Lote II – 2 viaturas ligeira de passageiros híbridas não Plug-In	<b>93 000,00 €</b>

3 – Aos valores referidos nos números anteriores acresce o IVA à taxa legal em vigor, se este for legalmente devido.

#### **Cláusula 11ª**

##### **Preço contratual e condições de pagamento**

1 – Pelo fornecimento objeto do contrato a celebrar, bem como pelo cumprimento das demais obrigações contratuais, a Universidade do Minho deve pagar ao adjudicatário o preço constante da proposta adjudicada, acrescido de IVA à taxa legal em vigor, se este for legalmente devido.

2 – O preço referido no número anterior inclui todos os custos, encargos e despesas cuja responsabilidade não esteja expressamente atribuída à Universidade do Minho, designadamente, com alojamento, alimentação e deslocação de meios humanos, despesas de aquisição, transporte, armazenamento e manutenção de meios materiais, bem como quaisquer encargos decorrentes da utilização de marcas registadas, patentes ou licenças.

3 – As quantias devidas pela UMinho relativamente à locação dos equipamentos devem ser pagas mensalmente, no prazo de 30 (trinta) dias, após a receção das respetivas faturas, as quais só podem ser emitidas no primeiro dia útil do mês seguinte àquele a que a locação diz respeito e devem ser acompanhadas de todos os elementos descritivos e justificativos que permitam a sua conferência.

4 – Em caso de discordância por parte da Universidade do Minho, quanto aos valores indicados nas faturas, deve esta comunicar ao adjudicatário, por escrito, os respetivos fundamentos, ficando este obrigado a prestar os esclarecimentos necessários ou proceder à emissão de nova fatura corrigida.

5 – Desde que devidamente emitidas e observado o disposto no n.º 3, as faturas são pagas através de transferência bancária.

6 – Independentemente do referido nos números anteriores, os pagamentos a efetuar ao abrigo do objeto do contrato só serão efetuados depois de verificados todos os formalismos legais a que obedecem as despesas públicas.

#### **Cláusula 12ª**

##### **Penalidades contratuais**

1 – O incumprimento das obrigações emergentes do contrato, por razões imputáveis ao adjudicatário, confere à Universidade do Minho o direito à aplicação de sanção pecuniária, a fixar em função da gravidade do incumprimento, nos termos do artigo 329.º do CCP, designadamente:

a) Pelo incumprimento das datas e prazos de entrega dos bens objeto do contrato, até 2% do preço contratual, por cada dia de atraso.

2 – Na determinação da gravidade do incumprimento, a Universidade do Minho tem em conta, nomeadamente, a duração da infração, a sua eventual reiteração, o grau de culpa do adjudicatário e as consequências do incumprimento.

3 – A acumulação das penas pecuniárias previstas no presente artigo não pode exceder 20% do preço contratual, sem prejuízo da resolução do contrato nos termos legais.

4 – Nos casos em que seja atingido o limite previsto no número anterior e a Universidade do Minho decida não proceder à resolução do contrato, por dela resultar grave dano para o interesse público, aquele limite é elevado para 30%.

5 – Para efeitos dos limites previstos nos n.ºs 3 e 4, quando o contrato previr prorrogações expressas ou tácitas, o valor das sanções a aplicar deve ter por referência o preço do seu período de vigência inicial.

6 – Considera-se haver incumprimento definitivo, suscetível de aplicação da sanção de resolução sancionatória quando, após notificação e concessão de prazo para o cumprimento da obrigação em falta, o adjudicatário continue a incorrer em incumprimento.

7 – A UMinho pode compensar os pagamentos devidos ao abrigo do contrato com as penas pecuniárias devidas nos termos do presente artigo.

8 – As penas pecuniárias eventualmente aplicáveis ao adjudicatário não obstam a que a UMinho exija uma indemnização pelo dano excedente.

9 – Em caso de atraso da UMinho no cumprimento das suas obrigações pecuniárias, o adjudicatário tem direito aos juros de mora sobre o montante em dívida à taxa legalmente fixada para o efeito pelo período correspondente à mora, nos termos previstos no artigo 326.º do CCP.

### **Cláusula 13ª**

#### **Gestor do contrato**

1 – A UMinho procederá à designação de um ou mais gestores do contrato, com a função de acompanhar permanentemente a execução deste, nos termos e para os efeitos do disposto no artigo 290.º-A do CCP.

2 – Cabe ao gestor do contrato exercer as competências que expressamente decorram da lei, bem como as que lhe sejam atribuídas pela Universidade do Minho, em matéria de acompanhamento da execução e verificação do cumprimento de todas as obrigações legais e contratuais assumidas pelo adjudicatário.

3 – No desempenho das suas funções o Gestor do Contrato tem direito de acesso e consulta a toda a documentação relacionada com as atividades objeto do presente procedimento.

4 – Caso o gestor detete desvios, defeitos ou outras anomalias na execução do contrato, deve comunicá-los de imediato ao órgão competente, propondo em relatório fundamentado as medidas corretivas que, em cada caso, se revelem adequadas.

5 – O adjudicatário obriga-se a cooperar com o Gestor do Contrato, designado pela Universidade do Minho, na prossecução das atividades de acompanhamento que este tem a seu cargo.

### **Cláusula 14ª**

#### **Revogação do contrato**

O presente contrato pode ser revogado, a todo o tempo, por acordo escrito, assinado pelos legais representantes de ambas as partes, do qual deve constar a referência ao presente contrato e seus aditamentos, bem como a data de início da produção de efeitos da revogação.

### **Cláusula 15ª**

#### **Resolução por parte da entidade adjudicante**

1 – Sem prejuízo de outros fundamentos de resolução previstos na lei, a Universidade do Minho pode resolver o contrato no caso de o adjudicatário violar de forma grave ou reiterada qualquer das obrigações que lhe incumbem.

2 – O direito de resolução referido no número anterior exerce-se mediante declaração enviada ao adjudicatário.

3 – Sem prescindir do disposto nos números anteriores, incumprimento, por parte do adjudicatário, confere à Universidade do Minho, nos termos gerais de direito, o direito às correspondentes indemnizações legais.

### **Cláusula 16ª**

#### **Resolução por parte do adjudicatário**

1 – Sem prejuízo de outros fundamentos de resolução previstos na lei, o adjudicatário pode resolver o contrato quando:

- a) Qualquer montante que lhe seja devido esteja em dívida há mais de 6 (seis) meses ou o montante em dívida exceda 25% do preço contratual, excluindo juros;
- 2 – O direito de resolução é exercido por via judicial nos termos da Cláusula 21.<sup>a</sup>.
- 3 – Nos casos previstos na alínea a) do n.º 1, o direito de resolução pode ser exercido mediante declaração enviada à Universidade do Minho, que produz efeitos 30 (trinta) dias após a receção dessa declaração, salvo se esta última cumprir as obrigações em atraso nesse prazo, acrescidas dos juros de mora a que houver lugar.
- 4 – A resolução do contrato nos termos dos números anteriores não determina a repetição das prestações já realizadas pelo adjudicatário, cessando, porém, todas as obrigações deste ao abrigo do contrato.

#### **Cláusula 17<sup>a</sup>**

##### **Casos fortuitos ou de força maior**

- 1 – Não podem ser impostas penalidades, nem é havida como incumprimento, a não realização pontual das prestações contratuais a cargo de qualquer das partes que resulte de caso de força maior, entendendo-se como tal as circunstâncias que impossibilitem a respetiva realização, alheias à vontade da parte afetada, que ela não pudesse conhecer ou prever à data da celebração do contrato e cujos efeitos não lhe fosse razoavelmente exigível contornar ou evitar, que se reconduzem expressamente a tremores de terra, inundações, incêndios, epidemias, sabotagens, greves ou outros conflitos coletivos de trabalho, embargos ou bloqueios internacionais, atos de guerra ou terrorismo, motins e determinações governamentais ou administrativas injuntivas, exceto as que resultem de incumprimentos de deveres e normas legais a que está obrigado.
- 2 – A parte que invoca casos fortuitos ou de força maior deve comunicar e justificar tais situações à outra parte, bem como informar o prazo previsível para restabelecer a situação.
- 3 – A força maior determina a prorrogação dos prazos de cumprimento das obrigações contratuais afetadas pelo período de tempo comprovadamente correspondente ao impedimento resultante da força maior.

#### **Cláusula 18<sup>a</sup>**

##### **Subcontratação e cessão da posição contratual**

O adjudicatário não poderá subcontratar ou ceder a sua posição contratual ou qualquer dos direitos e obrigações decorrentes do contrato, sem autorização prévia e por escrito da Universidade do Minho, nos termos previstos no Código dos Contratos Públicos.

#### **Cláusula 19<sup>a</sup>**

##### **Comunicações e notificações**

- 1 – Sem prejuízo de poderem ser aprovadas outras regras quanto às notificações e comunicações entre as partes do contrato, estas devem ser dirigidas, nos termos do Código dos Contratos Públicos, para o domínio ou sede contratual de cada uma, identificados no contrato.
- 2 – Qualquer alteração das informações de contacto constantes do contrato deve ser comunicada à outra parte.

#### **Cláusula 20.<sup>a</sup>**

##### **Cessão da posição contratual por incumprimento do cocontratante**

Em caso de incumprimento das obrigações emergentes do contrato, por razões imputáveis ao cocontratante e que confira à Universidade do Minho a faculdade de resolver o contrato, nos termos da cláusula 15.º do caderno de encargos e nos demais de direito, deve este ceder a sua posição contratual ao concorrente do procedimento pré-contratual na sequência do qual foi celebrado o contrato, que venha a ser indicado pela Universidade do Minho, pela ordem sequencial daquele procedimento, nos termos e para os efeitos do artigo 318.ºA do CCP.

#### **Cláusula 21.<sup>a</sup>**

##### **Foro competente**

Para resolução de todos os litígios decorrentes da interpretação ou execução do contrato fica estipulada a competência do Tribunal Administrativo e Fiscal do Porto, com expressa renúncia a qualquer outro.

## **Cláusula 22ª**

### **Legislação aplicável**

Em tudo o que não se encontrar especialmente regulado, aplicam-se as disposições constantes do Código dos Contratos Públicos, aprovado pelo Decreto-Lei n.º 18/2008, de 29 de janeiro, com as atualizações em vigor, e demais legislação específica aplicável.



## **Parte II**

### **Especificações Técnicas**

Os bens que servem de base à locação no presente procedimento devem compreender as seguintes características-tipo ou equivalentes:

#### **Lote I - 6 viaturas ligeiras de passageiros elétricas**

Quilómetros estimados para cada viatura nos 36 meses: 75.000 kms, sendo que no final do contrato é restituído o montante respetivo aos quilómetros não efetuados.

##### Características Obrigatórias:

- Categoria: Ligeiro Passageiros
- Carroçaria: Citadino
- Lugares: 5
- Portas: 5
- Combustível: Elétrico
- Potência (cv): Correspondente a 97 ou superior
- Autonomia Modo Elétrico: 270 km ou superior
- Nível máximo de consumo de energia: 30 kWh/100 km
- Extras:
  - o Inclusão de adaptador para tomada doméstica

#### **Lote II – 2 viaturas ligeira de passageiros híbridas não Plug-in**

Quilómetros estimados para cada viatura nos 36 meses: 120.000 km, sendo que no final do contrato é restituído o montante respetivo aos quilómetros não efetuados.

##### Características Obrigatórias:

- Categoria: Ligeiro Passageiros
- Carroçaria: Limousine
- Lugares: 5
- Portas: 5
- Combustível: Híbrida gasolina não Plug-in
- Cilindrada (cc): Correspondente a 1900 ou superior
- Potência (cv): Correspondente a 150 ou superior
- Caixa de velocidades: sequencial 7v ou mais; automática
- Depósito: 50 ou mais litros
- Nível máximo de consumo de energia: 8 L/100 km
- Nível máximo de emissões poluentes:  $\leq 50$  g CO<sub>2</sub>
- Extras:
  - o Pintura Metalizada (cor prata escuro ou cinza rato);
  - o Jantes Liga Leve 17 ou superior;
  - o Aplicação APP MirrorLink ou Android Auto;
  - o Faróis Full LED ou superior;
  - o Vidros escurecidos traseiros, incluindo o vidro da mala.

**Para o Lote I e II, o contrato a celebrar deve ainda incluir os seguintes serviços:**

- Manutenção Total: Preventiva e Corretiva, preferenciando a marca de origem;
- Inspeção Periódica Obrigatória;
- Linha de Apoio ao Condutor;
- Assistência em viagem 24 h;
- Seguro de Avarias;
- Imposto Único de Circulação;
- Seguro (c/ gestão de sinistros) com franquia máxima de 2%, OC 25.000/2.500, RC 50.000.000, quebra isolada de vidros (sem franquia), assistência em viagem e garantia financeira;
- Viatura de Substituição ilimitada - disponibilidade de viatura de substituição de gama igual ou equivalente ou superior à contratada, podendo ser, em último caso, a combustão no caso das viaturas Híbridas não Plug-in, por período ilimitado e por motivo de revisão, avaria e reparação de sinistro. No caso de furto ou roubo o limite é de 60 dias.
- Incluir o serviço de pneus.